

Circular – Instituição de Obrigação Acessória.

PIS e COFINS Não Cumulativos

Foi publicada em 22 de janeiro de 2004 a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 387/04, que diante das alterações promovidas pelas Leis nº. 10.637/02 e 10.833/03, em especial quanto à instituição da não cumulatividade para a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, instituiu o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON).

Ante esta nova obrigação acessória, passamos às considerações.

I. Obrigatoriedade na Apresentação do DACON

O referido Demonstrativo, relativo à apuração do PIS e COFINS não cumulativa, deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas em geral, exceto:

- sociedades cooperativas;
- imunes aos impostos;
- optantes pelo SIMPLES;
- tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado;
- bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil e cooperativas de crédito;
- empresas de seguros privados;
- entidades de previdência privada, abertas e fechadas;
- empresas de capitalização;
- pessoas jurídicas que tenham por objeto a securitização de créditos.

II. Controle de Créditos

O contribuinte sujeito à apuração do PIS e da COFINS pelo sistema não cumulativo deve ter controle quanto às operações que influenciem na apuração do valor devido das referidas contribuições, especialmente, quanto:

- receitas sujeitas à apuração pela sistemática da não cumulatividade;
- aquisições e pagamentos efetuados a pessoas jurídicas domiciliadas no País;
- custos, despesas e encargos vinculados à receita (faturamento);

- custos, despesas, encargos vinculados às receitas de exportação e de vendas a empresas comerciais exportadoras com fim de exportação, caso as vendas fossem destinadas ao mercado interno;
- estoque de abertura.

III. Apresentação do DACON

O referido Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais - DACON deve ser apresentado **até o último dia do mês subsequente, a cada trimestre**, referente às operações ocorridas naquele trimestre-calendário, através de programa a ser disponibilizado pela SRF, pela INTERNET.

Com relação ao ano calendário de 2003, o demonstrativo em questão deverá ser apresentado até o último dia útil do mês de março de 2004.

IV. Não apresentação. Sanção

Aquele que deixar de apresentar o DACON ou apresentá-lo com dados inexatos estará sujeito a multas de:

- R\$ 5.000,00 em caso de falta de entrega ou de entrega extemporânea;
- 5% sobre o valor das operações, em que seja responsável tributário quanto às informações omitidas, inexatas ou incompletas – o valor não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Assevere-se que a omissão de informações, bem como a prestação de informações falsas configura crime contra a ordem tributária, de modo a estar sujeita aos efeitos dele decorrentes.

V. Vigência

A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 22 de janeiro de 2004.

Portanto, chamamos atenção quanto a esta nova obrigação fiscal, que, ressaltamos, com relação ao ano calendário de 2003, o prazo para entrega do DACON será até 31 de março de 2004.

Dra. Flávia Miyaoka Kurhara é advogada da Bueno Barbosa Advogados Associados